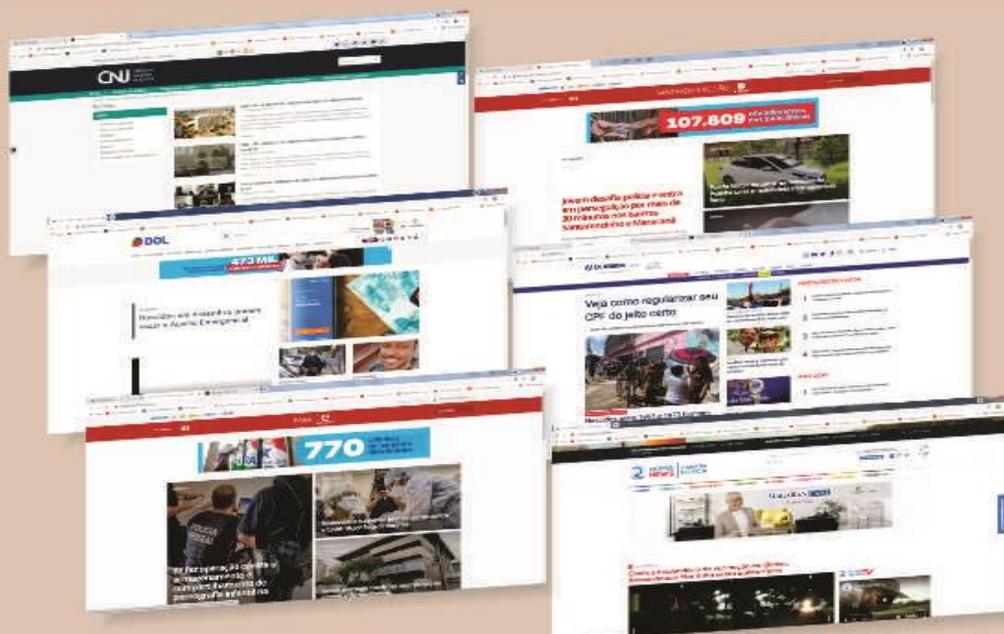




CLIPPING



16 de
Dezembro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

EMPOUCASLINHAS

- **Presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará, Eduardo Imbiriba visitou, ontem, o procurador-geral de Justiça do Estado, César Mattar Jr.**
- **Na pauta, o fortalecimento da parceria institucional entre o Ministério Público do Pará e a entidade de classe.**
- **Aliás, a OAB do Pará enviou ofício à desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pedindo que o Judiciário mantenha os serviços de digitalização de processos durante o recesso forense.**
- **A Ordem argumenta que a medida é “imprescindível e necessária para que a digitalização dos processos avance”.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DIREITOS HUMANOS

Escolas terão aulas de cidadania

DA REDAÇÃO

Garantir que as escolas sejam espaços de diálogo sobre cidadania democrática, considerando a pluralidade de opiniões, o respeito entre as pessoas e o contexto de vida dos povos das águas, campos e florestas. Esse é o objetivo das instituições que formalizaram, na terça-feira (14), cooperação para lançar o projeto "Cidadania e democracia desde a escola" em Belém.

O termo de colaboração foi assinado pelo Ministério Público Federal (MPF), Secretaria Municipal de Educação (Semec), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Instituto Auschwitz para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas. Professores e professoras da Semec, que durante este ano fizeram o curso de formação do Instituto Auschwitz, levarão esse conteúdo para as salas de aula em 2022.

Nas escolas ribeirinhas e nas escolas da zona urbana da capital paraense, educadores e educadoras identificarão como esse debate pode ser adaptado à realidade amazônica. A partir desse projeto-piloto, proporão uma metodologia de ensino a ser aplicada em outros municípios e países com realidades parecidas. Temas como dignidade, direitos, cidadania,



Cooperação garantiu formação a professores no Instituto Auschwitz

nia, cooperação, solidariedade e comunicação serão abordados de acordo com a realidade do dia a dia de estudantes e educadores.

ADAPTAÇÃO

O projeto "Cidadania e democracia desde a escola" foi concebido em 2016 pelo Instituto Auschwitz em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), informou o procurador-chefe da unidade do MPF no Pará, Felipe de Moura Palha e Silva, durante o evento de assinatura do termo de colaboração.

No entanto, a metodologia de trabalho não abrangia as especificidades das escolas ribeirinhas, indí-

genas e quilombolas, e por isso a adaptação dessa metodologia à realidade da Amazônia é indispensável, explica o membro do MPF, que destacou o empenho imediato da Semec em participar do projeto e realizá-lo.

A secretária de Educação de Belém, Márcia Mariana Bittencourt Brito, ressaltou que a implementação do projeto-piloto ocorre em um momento histórico em que a violação dos direitos humanos no país tem sido crescente. "Nós estamos vivendo isso na pele na Amazônia, em Belém, nas escolas, todos os dias," relatou a secretária.

No evento, professoras e professores que concluí-

ram o curso "Cidadania e democracia desde a escola" receberam certificados dos representantes da Semec, MPF e MPPA.

Metodologia de trabalho será adaptada pelos professores formados pelo Instituto Auschwitz para a realidade das escolas ribeirinhas, indígenas e quilombolas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Comitiva de parlamentares visitou a fábrica da Imerys e comunidades atingidas pela fumaça do incêndio e constatou irregularidades na atividade da mineradora

MEIO AMBIENTE

Deputados pedem suspensão das atividades da Imerys

ALEPA - Justificativa dos parlamentares é a falta de um plano de ação para casos de desastres que podem atingir a população de Barcarena

NATÁLIA MELLO
DA REDAÇÃO

A Comissão de parlamentares da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) que fez uma diligência ao município de Barcarena, no dia 9 deste mês, para investigar o cenário ambiental e social após o incêndio ocorrido em um galpão da mineradora Imerys, no início do mês, afirmou, durante coletiva ontem, que a empresa não tem plano de ação para casos de desastres e acidentes e pediu a suspensão das atividades da empresa, apontada por eles como despreparada para atuar

Ministério Público do Pará também solicitou a interrupção das operações da empresa

em constante apoio com as autoridades, assim como segue colaborando com todas as investigações em curso, e que não foram registradas vítimas relacionadas a este incidente. De acordo com a mineradora, o apoio médico para as comunidades permanece ativo e não há, por ora, qualquer indicio

o acompanhamento por meio de vistorias. A Semas esclarece que os empreendimentos em status de renovação de licença podem operar normalmente segundo a legislação federal. A Semas informa ainda que cobra as empresas através de notificações e vistoria o cumprimento das condicionantes em sua regularização ambiental", completa a secretária.

No comunicado, a Semas afirma também que durante vistoria no empreendimento da Imerys, em Barcarena, a equipe de fiscalização aplicou três autos de infração: poluição do solo, poluição do ar e não cumprimento de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

em caso no qual seja preciso evacuar a população. As informações foram divulgadas pelos deputados Carlos Bordalo (PT) e Marinor Brito (PSOL).

O Ministério Público do Estado (MPPA) também solicitou a interrupção da operação da empresa, por meio da Promotoria de Justiça de Barcarena, que ajuizou uma ação civil pública (ACP), ontem, com tutela preventiva contra a empresa Imerys. O MP reforça que a mineradora possui pendências em relação ao licenciamento ambiental de suas operações.

INVESTIGAÇÃO

A Imerys afirmou em nota enviada ontem que continua investigando as causas do evento ocorrido no dia 6 - que denominou apenas de "foco de incêndio" devido à área de abrangência do incidente. A empresa diz que atua

de contaminação. A pedido das autoridades, a empresa também está distribuindo água para comunidades da região.

Sobre a operação e o pedido de suspensão das atividades, a empresa informa que permanece operando normalmente, sem nenhuma determinação judicial contrária, e que todas as licenças de operação estão vigentes e seguem o processo normal de análise e renovação nos órgãos.

SEMAS

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), em nota enviada ao Grupo Liberal, afirma que o primeiro estudo ambiental protocolado pela empresa apresentou inconsistências, e que a secretaria solicitou um novo estudo, que foi apresentado no início do ano. "Está em processo de análise e realiza

comunicado de acidente ambiental. "Também aplicou duas notificações para esclarecimentos dos procedimentos realizados durante a limpeza do galpão e destinação dos resíduos e solicitação do laudos dos últimos monitoramentos de água superficial, antes e depois do acidente. A Semas informa também que aguarda os laudos das perícias dos órgãos responsáveis", declara o órgão ambiental.

A Polícia Civil (PC), por meio da Divisão Especializada em Meio Ambiente e Proteção Animal (Demapa), informa que um inquérito policial foi instaurado para apurar o caso. "Testemunhas estão sendo ouvidas e perícias já foram realizadas pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e Instituto Evandro Chagas. Todos os procedimentos estão sendo executados e o inquérito será concluído no prazo legal", declarou a PC.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUÍZES ASCENDEM AO DESEMBARGO DO PARÁ

ELEITOS - Juíza Kédima Pacífico Lyra atendeu ao critério do merecimento e o juiz Amilcar Roberto Guimarães o da antiguidade



Desembargadores Amilcar Guimarães e Kédima Lyra ocuparão, respectivamente, os cargos de Raimundo Holanda Reis e Edinéa Tavares

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A juíza Kédima Pacífico Lyra e o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ascenderam ao desembargo, na sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), realizada ontem, 15, nas vacâncias de vagas, respectivamente, da desembargadora Edinéa Oliveira Tavares e do desembargador Raimundo Holanda Reis.

A magistrada Kédima Lyra, que era titular na 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital, concorreu à vaga pelo critério de merecimento, em lista triplíce, que também foi integrada pelas juízas Margui Bittencourt, atualmente titular da 1ª Vara de Família da Comarca da Capital; e pela juíza Luana de Nazareth Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital. Já o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ascendeu ao desembargo pelo critério de antiguidade. Ele estava convocado ao 2º Grau.

TRAJETÓRIA

A juíza Kédima Pacífico Lyra ingressou na magistratura paraense em 1994, tendo exercido as funções judicantes em várias Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, além de funções administrativas de diretora de Fórum, bem como atuou como juíza eleitoral, presidindo eleições municipais e gerais. Atualmente, estava na titularidade da 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Belém.

A magistrada tem vasto currículo de participação em cursos de aperfeiçoamento técnico, além de capacitação em cursos jurídicos oficiais, sendo especialista em Direito Civil e Processo Civil e Direito Processual Penal.

É autora do projeto "Semana da Conciliação em Execução Fiscal", institucionalizado pela Portaria nº. 4306/2013-GP e premiado pelo Conselho Nacional de Justiça no "Prêmio Conciliar é Legal", em junho de 2014.

Destacou-se, também, por sua atuação como coordenadora em planos de gestão da Presidência do TJPA desde

“Depois de tantos anos dedicados exclusivamente à magistratura, agradeço a Deus por me permitir alcançar o ápice da carreira”

2015, no macrodesafio Impulso às Execuções Fiscais, desenvolvendo ações para melhoria da prestação jurisdicional nas Varas de Execução Fiscal, como a integração de sistemas informatizados da dívida ativa e o protesto de títulos pela União Federal, Estado do Pará e Município de Belém, dentre outras.

Eleita para o cargo de desembargadora por merecimento, a juíza Kédima Lyra declarou que, “depois de tantos anos dedicados exclusivamente à magistratu-

ra, agradeço a Deus por me permitir alcançar o ápice da carreira e integrar a Corte de Justiça paraense, esperando honrar a confiança em mim depositada pelos ilustres desembargadores do Tribunal de Justiça, diante da escolha do meu nome pelo critério de merecimento”.

Já o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ingressou na magistratura em 7 de novembro de 1988. Naquele mesmo ano, atuou na Vara Única da Comarca de Muaná. Em 1991, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Itaituba e, em 1993, a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucuruí. Em 1994, foi removido para a Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá. Naquele mesmo ano, assumiu a 2ª

Comarca de Capanema, unidade em que atuou por cerca de cinco anos.

Em 1999, foi removido para a Vara Única da Comarca de Curuçá. No ano seguinte, assumiu a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal. Em 2001, foi promovido à 3ª Entrância (capital), onde foi juiz da 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém e, em seguida, da Vara Privativa de Carta Precatória Cível. Em 2002, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial, unidade em que atuou por cerca de 14 anos. Em 2016, virou o juiz titular da 14ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém, unidade em que atua até hoje como magistrado.

APOSENTADORIA

O Pleno do Tribunal de Jus-

tiça do Pará também teve ontem, 15, a última participação da desembargadora Diracy Nunes Alves na sessão, que se aposentou após 43 anos de exercício na magistratura. A magistrada recebeu uma placa de homenagem e flores como símbolos de gratidão, após a exibição de um vídeo com um resumo da sua trajetória.

Em seu discurso de despedida, a desembargadora Diracy Nunes Alves expressou sua gratidão aos colegas e falou sobre o orgulho de ter servido ao Estado. “Espero ter correspondido com empenho e trabalho. Trago a certeza em meu coração que guardei a cada dia a honra, a honestidade, a dignidade, que foram aprimorados com o tempo nos anos de Magistratura”, disse.

Sessão do TJPA tem novos desembargadores

JUSTIÇA

A juíza Kédima Pacífico Lyra e o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ascenderam ao desembargo, na sessão do Pleno, realizada nesta quarta-feira, 15, na vacância de vagas, respectivamente, da desembargadora Edinéa Oliveira Tavares e do desembargador Raimundo Holanda Reis.

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, parabenizou a nova desembargadora e o novo desembargador, dizendo que irão somar ao Judiciário paraense e que a Corte de Justiça está ansiosa pela chegada da colega e do colega. O Pleno desta quarta marcou também a última participação da desembargadora Diracy Nunes Alves na sessão, que se aposenta após 43 anos de

exercício na Magistratura.

A magistrada Kédima Lyra, que era titular na 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital, concorreu à vaga pelo critério de merecimento, em lista triplíce, que também foi integrada pelas juízas Margui Bittencourt, atualmente titular da 1ª Vara de Família da Comarca da Capital; e pela juíza Luana de Nazareth Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital. Já o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ascendeu ao desembargo pelo critério de antiguidade. Ele estava convocado ao 2º Grau. O juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães agradeceu as felicitações de todas e todos.

A juíza Kédima Pacífico Lyra ingressou na magistratura paraense em 1994, tendo exercido as funções judicantes em vá-

rias Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, além de funções administrativas de Diretora de Fórum, bem como atuou como juíza eleitoral, presidindo Eleições Municipais e Gerais. Atualmente, estava na titularidade da 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Belém. É autora do projeto “Semana da Conciliação em Execução Fiscal”, institucionalizado pela Portaria nº. 4306/2013-GP e premiado pelo Conselho Nacional de Justiça no “Prêmio Conciliar é Legal”, em junho de 2014.

Já o juiz Amílcar Roberto Bezerra Guimarães ingressou na magistratura em 7 de novembro de 1988. Naquele mesmo ano, atuou na Vara Única da Comarca de Muaná. Em 1991, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Itaituba e, em 1993, a 2ª Vara Cível e Em-

presarial da Comarca de Tucuruí. Em 1994, foi removido para a Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá. Naquele mesmo ano, assumiu a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema, unidade em que atuou por cerca de cinco anos.

Em 1999, foi removido para a Vara Única da Comarca de Curuçá. No ano seguinte, assumiu a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal. Em 2001, foi promovido à 3ª Entrância (capital), onde foi juiz da 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém e, em seguida, da Vara Privativa de Carta Precatória Cível. Em 2002, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial, unidade em que atuou por cerca de 14 anos. Em 2016, virou o juiz titular da 14ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém, unidade em que atuava até hoje como magistrado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MARAJÓ

J R Avelar

A Polícia Militar de Breves, na ilha do Marajó, prendeu Laercio Serrão Pacheco, de 34 anos, que estava na condição de foragido do Sistema Penal Paraense, onde cumpria pena pelo crime de homicídio em que foi vítima um professor, fato de grande repercussão na época.

A prisão do foragido foi informada pelo comandante do 9º Batalhão de Breves, tenente coronel Nogueira, depois que uma guarnição, sob o comando do tenente Lopes com o sargento Eraldo e soldado Leitão, em rondas pela rua Justo Chermont, esquina com rua Sebastião Amado, avistou um homem em atitude suspeita.

Como manda o procedimento, foi feita a abordagem e, na busca pessoal, nada de ilícito foi encontrado. Quando da identificação, o mesmo, por não portar documentos, se disse chamar John Ebersson Serrão Pacheco, no entanto, durante a verificação no sistema, foi constatado que o mesmo estaria dando as informações do seu irmão.

Interrogado, o rapaz percebeu que a manobra não tinha surtido o efeito desejado e acabou confessando que se tratava de Laercio Serrão Pacheco e que estava na condição de foragido do Sistema Penal desde agosto de 2021.

Questionado sobre o motivo de sua prisão à época, o mesmo disse que cumpria pena por ter assassinado o professor Gesiel em dia 31 de dezembro de 2007. O crime gerou grande comoção social pela forma covarde em que o professor foi morto.

Com as informações na mão, o tenente Lopes deu voz de prisão a Laercio Serrão Pacheco, que foi encaminhado para a Superintendência da Polícia Civil de Breves e o fato comunicado a justiça.

ASSASSINO É RECAPTURADO DE VOLTA À CADEIA

Policiais suspeitaram de um rapaz que, ao ser abordado, confessou estar foragido e que havia sido condenado por assassinar um professor em dezembro de 2017



Laercio Serrão Pacheco estava foragido desde agosto deste ano
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



José Roberto da Costa já foi condenado por tráfico de drogas e roubo e e atualmente responde por outros crimes. PMS foram às ruas na cidade. Fotos: Divulgação

PRISÕES EM MUANÁ

POLÍCIA PÕE 2 NA CADEIA

PM cumpriu mandado de prisão e deteve um homem que já foi condenado por roubo e tráfico de drogas

SEGURANÇA

J R Avelar

Por determinação do juiz Luiz Trindade Junior, da Comarca de Muaná, na ilha do Marajó, uma equipe da 20ª Companhia Integrada da Polícia Militar, sob o comando do major Kojak, procedeu ao cumprimen-

to de mandado de prisão preventiva contra José Roberto da Costa Soares Filho.

O mandado foi cumprido pela equipe do sargento Peixoto, cabos Rafael, Carlos Eduardo, Nunes e soldado M. Paixão, tendo como base o artigo 312 do Código de Processo Penal. O rapaz foi preso e conduzido à delegacia local e, para agravar ainda mais a situação do mesmo, durante a re-

visita foi encontrada uma porção de maconha. Junto com José Roberto da Costa Soares Filho foi preso também Paulo Henrique Soares de Almeida e o fato comunicado ao juiz que, de pronto, despachou o processo. "Neste momento a medida cautelar mais severa se impõe igualmente necessária para garantia da ordem pública, tendo em vista que ambas são pessoas perigosas e in-

fringe a coletividade de maneira com a prática reiterada de suas ações criminosas", diz o despacho do juiz.

CONDENAÇÕES

Segundo as informações do processo, José Roberto da Costa Soares Filho já foi condenado por tráfico de drogas e roubo, e atualmente responde a processos por porte ilegal de arma de fogo e furto qualificado.

O segundo preso, Paulo Henrique Soares de Almeida, também já foi condenado por roubo, tráfico de drogas duas vezes, e ainda é investigado por este crime em outro procedimento policial.

SUA OPINIÃO

opinioao@diarioonline.com.br
Você gostaria de comentar?
www.diarioonline.com.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Museu do Judiciário do Pará celebra 50 anos de história e memória

🕒 16 de dezembro de 2021 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Os 50 anos do [Museu do Tribunal de Justiça do Pará \(TJPA\)](#) foram comemorados com programação especial na última sexta-feira (10/12). O evento, que contou com a participação da presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, reuniu palestras sobre a relevância da preservação da memória, a inauguração de um espaço virtual dedicado às vítimas da Covid-19 que trabalhavam no Judiciário paraense e a apresentação cultural.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A presidente da Comissão de Gestão Documental e Comissão de Gestão de Memória do TJPA, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, destacou o papel educativo do Museu. “É uma satisfação enorme termos sido pioneiros na Federação na criação de um museu no Judiciário e de sermos atuantes até hoje. Para os estudantes, e falo isso porque também sou professora, é muito importante aprenderem sobre a nossa história, sobre os nossos antepassados.”

O juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e membro do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário (Proname), Carlos Alexandre Böttcher, ressaltou que é papel de todos os três Poderes de preservar a memória do Brasil. “O Tribunal de Justiça do Pará foi pioneiro em todo o país a criar o seu próprio museu. Essa data é um marco. Nós sabemos, pelo Artigo 216 da Constituição Federal, que traz a definição do que é o patrimônio cultural. A Constituição também prevê no Artigo 23 que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger esse patrimônio cultural. Quando tratamos de patrimônio cultural, a competência é de todos os entes federativos, inclusive do Judiciário.”

Historiadora e servidora aposentada do TJPA, Cacilda Maria Saraiva Pinto apresentou o tema “Monteiro Lopes: meio século de resistência do Museu Judiciário”. Ela destacou que o museu precisa estar próximo da população. “É a comemoração da memória do Judiciário. Eu vim aqui para trazer uma experiência de que o Museu precisa estar junto da comunidade. Ele não pode ser um local suntuoso em que as pessoas não saibam sequer que é permitida a entrada. O povo precisa saber dos seus direitos e da sua história.”

Também houve a palestra “Amazônia e Cultura: o Brasil e o sistema internacional contemporâneo”, com o pós-doutor em Ciência Política pela Unicamp e coordenador-geral do Departamento de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), José Luiz Niemeyer dos Santos Filho. E o diretor do Sistema Integrado de Museus e Memórias da Secretaria de Estado de Cultura (Secult), Armando Sobral, falou sobre os espaços de memória do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após as palestras, foi realizado o lançamento da exposição virtual “Perdas, memórias e recomeços”, em homenagem às vítimas da Covid-19 e a apresentação cultural “Escambau a três”.

Fonte: [TJPA](#)

MACRODESAFIO

**FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO
INTERINSTITUCIONAL DO
JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POUCAS E BOAS

Desembargo

A juíza Kédima Pacífico Lyra e o juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães ascenderam ao desembargo, na sessão do Pleno, realizada nesta quarta-feira, 15, nas vagas deixadas, respectivamente, pela desembargadora Edinéa Oliveira Tavares e pelo desembargador Raimundo Holanda. A magistrada Kédima Lyra, que era titular na 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital, concorreu à vaga pelo critério de merecimento, em lista triíplice. Já o juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães ascendeu ao desembargo pelo critério de antiguidade.

 16 DEZ 2021 - 11H00

DETIDO

Caminhoneiro é preso acusado de estuprar criança de dez anos

Detido no estado de Santa Catarina, Marcos José deve ser encaminhado para o sistema prisional no Pará, onde aguardará decisão da Justiça

16 DEZ 2021 - 12H39 | ATUALIZADO 16 DEZ 2021 - 12H39 | Compartilhar 0



Na última quarta-feira, 15, o caminhoneiro Marcos José de Souza foi detido durante uma fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF), na cidade de Rio Grande do Sul, em Santa Catarina.

Segundo informações, os policiais pararam a carreta que Marcos conduzia e, ao checarem o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, viram que havia um mandado de prisão por estupro de vulnerável contra ele. O mandado foi expedido pela Justiça, a pedido da Polícia Civil, em Castelo dos Sonhos, Altamira, sudoeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O caminhoneiro é acusado de violentar uma menina de 10 anos. Ele foi preso imediatamente e deve ser encaminhado para o sistema prisional no Pará, onde aguardará decisão da Justiça.

O caso foi denunciado pela mãe da vítima. A criança passou por exames que comprovaram a violência sexual. Com base nesses laudos, o delegado responsável pelo caso, em Castelo dos Sonhos, instaurou um inquérito e pediu a prisão do caminhoneiro.

Com informações de Confirma Notícia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

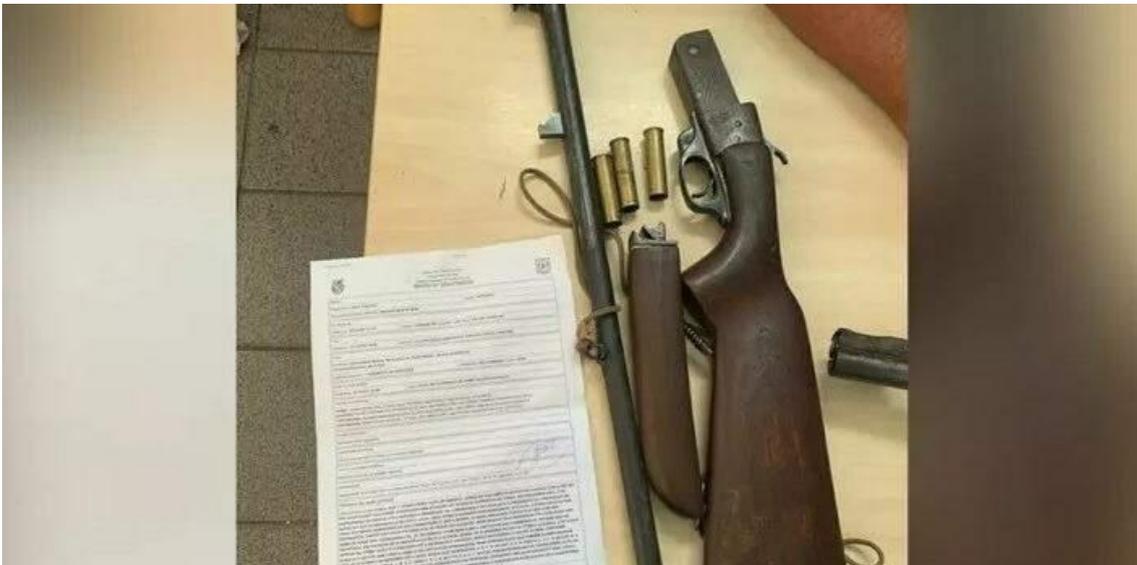
Mulher põe fim a ciclo de violência e denuncia companheiro em Monte Alegre

Acusado costumava ameaçar matar mulher e crianças sempre que bebia



O Liberal

15.12.21 18h22



A Polícia Militar em Monte Alegre, no oeste do Pará, foi acionada no último domingo (12) pelo Conselho Tutelar para interceder em um caso de violência doméstica. O caso aconteceu no último domingo (12) na Comunidade Serra Azul, zona rural do município. A denúncia partiu de crianças que, juntamente com a mãe, vinham sendo ameaçadas pelo pai. As informações são do portal

De acordo com o conselheiro Emanuel Nascimento, que buscou apoio de uma guarnição do 18º BMP (Batalhão Gurupatuba), sempre que ingeria bebida alcoólica, o acusado ameaçava a família com uma espingarda, obrigando a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

esposa e as crianças a se esconderem no meio do mato. No entanto, as agressões tomaram maior proporção no domingo, quando os filhos foram pedir socorro na beira da estrada.

De acordo com o sargento PM Ronaldo Carvalho, que atendeu a ocorrência, quando a guarnição chegou à casa do suspeito o encontrou dormindo em uma rede, enquanto as crianças - oito no total, com idades entre 1 e 13 anos - estavam dormindo no chão e a mãe estava com o filho caçula no colo. Apenas os dois mais novos são filhos do suspeito, e os outros seis apenas da esposa.

“Nós demos voz de prisão, ele foi algemado e conduzido à delegacia para os procedimentos cabíveis. A arma usada por ele também foi apreendida”, informou o sargento. O acusado responderá pelos crimes de lesão corporal leve, ameaça e posse ilegal de arma de fogo sem registro. Ele ainda vai passar por audiência de custódia para que a justiça decida se a prisão será mantida ou relaxada.

A polícia também acionou o Conselho Tutelar para que o órgão possa dar todo o apoio necessário com os programas de inclusão das crianças e adolescentes. A mãe esteve na delegacia e prestou depoimento confirmando agressões e ameaças.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A desembargadora Diracy Nunes Alves recebeu homenagens em sessão do TJPA, antes da aposentadoria

Em 9 de março de 2009, Diracy Nunes ascendeu ao desembargo



O Liberal

15.12.21 22h26



 "Como julgadora sempre busquei o caminho da Justiça atenta à jurisprudência", discursou a desembargadora. (Arquivo O Liberal)

O Pleno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) desta quarta-feira, 15, foi marcado pela última participação da desembargadora Diracy Nunes Alves na sessão, que se aposentou após 43 anos de exercício na Magistratura. A magistrada recebeu uma placa de homenagem e um buquê de flores como símbolos de gratidão, após a exibição de um vídeo com um resumo da sua trajetória.

A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, em seu pronunciamento, destacou a serenidade, exatidão e competência da magistrada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“A desembargadora acreditou, honrou e inseriu no Poder Judiciário todos os resultados de seus estudos e pesquisas, além de experiência e sabedoria”. A presidente lembrou a atuação da magistrada nas Corregedorias e quando esteve à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid). “A senhora foi testemunha ocular da condição feminina não só no Judiciário, mas em todos os setores da sociedade”, pontuou.

O desembargador Rômulo Ferreira Nunes, decano da Corte de Justiça, ressaltou que teve muita afinidade com a desembargadora durante o período da magistratura. “Eu quero desejar que no tempo que ela vá se afastar, fique mais próxima da sua família e que ela não esqueça da gente neste Tribunal. As portas estarão sempre abertas”. A fala do desembargador foi seguida de manifestações de todos os membros da Corte.

Manifestando-se em nome do Ministério Público do Estado do Pará, o procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr., desejou que a nova fase de vida da desembargadora fosse plena de êxito e de sucesso.

Em seu discurso, a desembargadora Diracy Nunes Alves, expressou sua gratidão aos colegas e a honra por ter servido ao Estado. “Espero ter correspondido com empenho e trabalho. Trago a certeza em meu coração que guardei a cada dia a honra, a honestidade, a dignidade, que foram aprimorados com o tempo nos anos de Magistratura”. A magistrada agradeceu a Deus pela oportunidade de estar aqui, sentindo a emoção da despedida e que se despedia com sentimento de dever cumprido. “Como julgadora sempre busquei o caminho da Justiça atenta à jurisprudência”. Ela agradeceu aos colegas pelos anos de apoio. “Aos meus pares nesta Corte minha eterna gratidão e reconhecimento. Pelas lições de Direito que tanto contribuíram para meu crescimento pessoal e aprimoramento como julgadora. Sentirei saudade da convivência sadia”.

A desembargadora Diracy Nunes Alves concluiu a graduação em Direito em 1978, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2000, respondeu pela direção do Fórum Cível de Belém. Nos anos de 2007 a 2008, atuou como juíza

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

convocada ao 2º Grau nas Câmaras Cíveis Reunidas e 1ª Câmara Cível Isolada.
Em 9 de março de 2009, ascendeu ao desembargo pelo critério de antiguidade,
integrando a 5ª Câmara Cível Isolada.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Juíza Kédima Lyra e juiz Amilcar Guimarães ascendem ao desembargo do Pará

A presidente do TJPA, Célia Regina, parabenizou os dois pela conquista



O LIBERAL

15.12.21 21h59



A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, parabenizou a nova desembargadora e o novo desembargador (Ascom TJPA)

A juíza Kédima Pacífico Lyra e o juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães ascenderam ao desembargo, na sessão do Pleno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), realizada nesta quarta-feira, 15, nas vacâncias de vagas, respectivamente, da desembargadora Edinéa Oliveira Tavares e do desembargador Raimundo Holanda Reis.

A presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, parabenizou a nova desembargadora e o novo desembargador, dizendo que irão somar ao Judiciário paraense e que a Corte de Justiça está ansiosa pela

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

chegada da colega e do colega. Os demais integrantes da Corte de Justiça também desejaram boas-vindas.

A magistrada Kédima Lyra, que era titular na 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca da Capital, concorreu à vaga pelo critério de merecimento, em lista tríplice, que também foi integrada pelas juízas Margui Bittencourt, atualmente titular da 1ª Vara de Família da Comarca da Capital; e pela juíza Luana de Nazareth Santalices, titular da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca da Capital. Já o juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães ascendeu ao desembargo pelo critério de antiguidade. Ele estava convocado ao 2º Grau. O juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães agradeceu as felicitações de todas e todos.

Trajetória

A juíza Kédima Pacífico Lyra ingressou na magistratura paraense em 1994, tendo exercido as funções judicantes em várias Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, além de funções administrativas de Diretora de Fórum, bem como atuou como juíza eleitoral, presidindo Eleições Municipais e Gerais. Atualmente, estava na titularidade da 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Belém.

A magistrada tem vasto currículo de participação em cursos de aperfeiçoamento técnico, além de capacitação em cursos jurídicos oficiais, sendo especialista em Direito Civil e Processo Civil e Direito Processual Penal.

É autora do projeto “Semana da Conciliação em Execução Fiscal”, institucionalizado pela Portaria nº. 4306/2013-GP e premiado pelo Conselho Nacional de Justiça no “Prêmio Conciliar é Legal”, em junho de 2014.

Destacou-se, também, por sua atuação como coordenadora em planos de gestão da Presidência do TJPA desde 2015, no macrodesafio Impulso às Execuções Fiscais, desenvolvendo ações para melhoria da prestação jurisdicional nas Varas de Execução Fiscal, como a integração de sistemas informatizados da dívida ativa e o protesto de títulos pela União Federal, Estado do Pará e Município de Belém, dentre outras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Eleita para o cargo de Desembargadora por merecimento, a juíza Kédima Lyra declarou que, “depois de tantos anos dedicados exclusivamente à magistratura, agradeço a Deus por me permitir alcançar o ápice da carreira e integrar a Corte de Justiça Paraense, esperando honrar a confiança em mim depositada pelos ilustres Desembargadores do Tribunal de Justiça, diante da escolha do meu nome pelo critério de merecimento”.

Já o juiz Amilcar Roberto Bezerra Guimarães ingressou na magistratura em 7 de novembro de 1988. Naquele mesmo ano, atuou na Vara Única da Comarca de Muaná. Em 1991, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Itaituba e, em 1993, a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucuruí. Em 1994, foi removido para a Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá. Naquele mesmo ano, assumiu a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema, unidade em que atuou por cerca de cinco anos.

Em 1999, foi removido para a Vara Única da Comarca de Curuçá. No ano seguinte, assumiu a 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal. Em 2001, foi promovido à 3ª Entrância (capital), onde foi juiz da 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém e, em seguida, da Vara Privativa de Carta Precatória Cível. Em 2002, assumiu a 1ª Vara Cível e Empresarial, unidade em que atuou por cerca de 14 anos. Em 2016, virou o juiz titular da 14ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém, unidade em que atuava até hoje como magistrado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br